

Cultura está em segundo plano nos programas

Anamaria Rossi

114

Cultura, definitivamente, não é prioridade para os principais candidatos à Presidência. A constatação parte da demora na divulgação dos programas de governo para o setor, mas sobretudo pela superficialidade com que a questão é tratada nos programas de Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva.

Alguns setores mais nevrálgicos da produção cultural receberam tratamento especial, como a Lei Rouanet de incentivos fiscais e a situação do cinema brasileiro. Na maior parte dos casos, no entanto, os presidentiáveis abordam a cultura apenas em linhas gerais.

Nenhum dos candidatos explica de onde sairão os recursos para cumprir as promessas de campanha, nem de que forma será organizado o aparelho estatal atuante no setor. A maior parte das propostas restringe-se ao "que fazer", sem chegar ao detalhe do "como fazer".

Privatista — O programa de metas de Fernando Henrique parte do princípio de que o estado não deve ser o grande produtor cultural do país e tampouco adotar uma postura protecionista para o setor.

De saída, Fernando Henrique propõe-se a "repensar" o Ministério da Cultura, sem deixar claro, no entanto, se fala da estrutura ou da própria existência do órgão. Reformular a Lei Rouanet, com base na Lei Sarney, é um de seus planos, considerando "insatisfatório" o orçamento da pasta.

Diz também que quer ampliar recursos e incentivos à área cultural e facilitar a criação de uma rede de circulação de bens culturais.

Mais adiante, o texto diz que os incentivos fiscais e recursos do governo deveriam servir apenas para projetos sem viabilidade comercial.

O candidato, que mantém um excelente diálogo com o empresariado brasileiro, acredita que não faltam empresas interessadas em associar-se a projetos grandiosos ou a outros de real valor cultural, mesmo que para um público pequeno.

Isso significa restringir a abrangência do incentivo fiscal? O programa não diz. Da mesma forma, não apresenta dados que comprovem o suposto interesse do empresariado pela cultura, enquanto os dados do MinC sobre a utilização da Lei Rouanet dizem exatamente o contrário.

Equipe — O programa da coligação do PSDB foi elaborado por um grupo de trabalho com a presença de Roberto Muylaert, Fábio Magalhães, Ruth Cardoso e Arnaldo Jabor. Segundo o assessor Jorge da Cunha Lima, ex-secretário de Cultura de São Paulo, está aberto a sugestões.

O texto fala ainda em "criar mecanismos" para a recuperação da produção cinematográfica nacional, mas não cita a Lei do Audiovisual, vigente, e descarta a alternativa de uma estrutura "pesada" como a da extinta Embrafilme.

A democratização dos meios de comunicação é tocada de passagem no programa de Fernando Henrique, ao mesmo tempo em que se coloca como a questão central da plataforma cultural de Lula.

Canais — O primeiro passo do governo Lula seria promover uma ampla revisão nas concessões de canais de rádio e tevê. "Temos que desmilitarizar a concepção de integração nacional e dos meios de comunicação de massa", disse o coordenador do programa de governo, Marco Aurélio Garcia, ao anunciar a plataforma cultural durante o Festival de Gramado, em agosto.

As redes de televisão deverão contribuir para o Fundo de Desenvolvimento da Indústria Audiovisual, proposto pelo candidato do PT.

Para o cinema, o projeto de Lula prevê a definição de uma política de distribuição e acesso.

Lula é o único candidato a falar na criação de câmaras setoriais para a cultura e a propor ações específicas voltadas para o povo negro e os povos da floresta.

"Criado a 400 mãos em encontros nos diversos estados", conforme informou o ator Sérgio Mamberti durante debate com Cunha Lima em Campinas, no início desta semana, o programa do PT tem como linha condutora a descentralização e regionalização da gestão cultural. E trata a cultura como atividade econômica produtiva.